



Instituto de Estudos
Econômicos e Internacionais

BOLETIM DE CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA

Julho – Setembro

2018



Instituto de Estudos
Econômicos e Internacionais

BOLETIM DE CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA

O Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI-UNESP) é um centro multidisciplinar de análises e pesquisas sobre as questões econômicas e internacionais, congregando especialistas de diversas áreas para promover e enriquecer o debate dessas questões, produzir e divulgar trabalhos e promover parcerias com entidades públicas e privadas nas diversas atividades pertinentes ao seu objeto de atuação.

URL: <http://www.ieei-unesp.com.br>

Coordenação

Marcos Cordeiro Pires (IEEI-UNESP)
Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos
(IEEI-UNESP)

Edição e Revisão

Adalton César da L. Oliveira
(IEEI-UNESP)

As opiniões divulgadas nesta publicação são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).

É permitida a reprodução, desde que seja citada a fonte.

Sumário

A política externa brasileira dos anos 1970 e seus vínculos com a repressão	4
<i>Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos</i>	
A guerra comercial entre EUA e China.....	6
<i>Anna Carolina Monéia Farias</i>	
Cúpula entre Trump e Kim: usos da política externa para a legitimação doméstica.....	15
<i>Friedrich Maier</i>	
O significado da eleição de Andrés Manuel López Obrador no México.....	22
<i>Érika Laurinda Amusquivar</i>	
A Petrobrás e o fim da autossuficiência em derivados de petróleo.....	28
<i>Flávia Ferreira da Silva</i>	

A política externa brasileira dos anos 1970 e seus vínculos com a repressão

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos¹

A conjuntura política recente, abordagens históricas revisionistas, a polarização envolvendo o golpe de 2016 e seus desdobramentos, o movimento dos caminhoneiros e a sucessão presidencial suscitam discussões apaixonadas e acaloradas sobre a ditadura cívico-militar de 1964-1984, algumas delas lamentavelmente evocando suas supostas virtudes, considerando-a uma “ditabranda” e enaltecendo a necessidade de uma intervenção militar e medidas afins como a salvação para os males do país. Muito desta discussão não é pautada em fatos objetivos, como a cruel repressão e a ausência de liberdades políticas.

Recentemente, a abertura de arquivos trouxe à tona novas informações mostrando os nexos da política repressiva interna com a política exterior brasileira. Os documentos incidem sobre o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), visto de forma geral como um dos artífices de uma política de “abertura lenta, gradual e segura” em termos conservadores e limitador das ações dos grupos militares mais duros em termos da repressão. Os grupos e agências repressoras – a “comunidade de segurança” - eram vistos, por vezes, como operantes à revelia do comando hierárquico, ou seja, agiriam muitas vezes sem o aval do então presidente Geisel. Esses documentos e outras revelações anteriores relativizaram tal entendimento.

Já era conhecido o depoimento do presidente Geisel a pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, publicado anos depois de sua morte. Geisel chegou a afirmar que, sob certas circunstâncias, o uso da tortura era justificável. Também eram conhecidos os envolvimento dos grupos e aparatos repressivos civil-militares em outras redes repressivas com governos de países do Cone Sul, além do auxílio logístico para a realização de golpes militares que resultaram no advento de ditaduras.

As informações mais recentes foram divulgadas pelo pesquisador da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Matias Spektor, que teve acesso em primeira mão a um memorando datado de 1974 do então chefe da CIA, William Colby, ao Secretário de Estado Henry Kissinger. Tal documento foi considerado por Spektor o mais perturbador

¹ Docente do DCPE da FFC da Unesp de Marília.

que ele leu em 20 anos de pesquisa. Nele, não só fica claro o conhecimento como também a aprovação e o envolvimento de Geisel com ordens de execução de “subversivos”.

De acordo com a descrição do documento, Geisel autorizou a continuidade de execução de indivíduos presos pelo Centro de Informações do Exército (CIE), desde que fossem “os mais perigosos”, em conversas com o então chefe do Serviço Nacional de Informações e seu futuro sucessor na Presidência, o general João Figueiredo e o chefe do CIE, o general Milton Tavares.

Chama a atenção o fato de tal informação vir a público por meio de um documento norte-americano. Evidencia uma enorme proximidade no âmbito do primeiro escalão das políticas exteriores norte-americana e brasileira com os serviços secretos e repressivos dos dois países, a despeito de um crescente desgaste no âmbito diplomático que viria a se aprofundar nos anos seguintes do governo Geisel. Tal desgaste e crescente distanciamento entre Estados Unidos e Brasil não impediu, contudo, essa estreita colaboração.

Em nota pública, o Comando do Exército sustentou que os documentos relativos a tais fatos que pudessem atestar sua veracidade foram destruídos em conformidade com as normas existentes à época.

Dito isso, é bastante provável que tenhamos no futuro a divulgação de novas informações e documentos que corroborem a tendência de esvaziar essa imagem construída sobre o grupo de Geisel, visto como moderado, bem como os limites da política externa brasileira. Tal política, distanciadora e divergente da congênere norte-americana em vários aspectos, provavelmente não minou a forte conexão repressiva dos serviços secretos dos dois países.

Tudo isso enseja a reflexão sobre o significado de narrativas parciais e argumentos autoritários como a solução dos problemas nacionais. Continuemos, pois, este debate e esta reflexão.

A guerra comercial entre EUA e China

Anna Carolina Monéia Farias²

O cenário do comércio internacional recentemente tem sido alvo de grande atenção e preocupação ao redor do globo. Isso porque as duas maiores potências mundiais, Estados Unidos da América e China, entraram em uma guerra comercial que vem desde o começo do ano somando ameaças tarifárias em diversos setores de ambos os países. A tensão entre os dois pode afetar, além da economia dos envolvidos diretamente, a de muitos outros Estados. Sendo assim, este texto busca entender as razões que levaram ao embate atual, bem como fazer alguns apontamentos sobre as possibilidades de consequências futuras.

O início mais recente deste impasse se deu em 8 de março de 2018 a partir do anúncio pelo presidente estadunidense, Donald Trump, da sobretaxação de 25% nas compras americanas de aço e 10% na importação de alumínio produzido em outros países. Nota-se que a nova medida, quando anunciada, não se dirigia a nenhum Estado específico, de modo que a mesma tenha tido uma grande repercussão internacional, uma vez que atingiria vários países exportadores da commodity, como o Brasil. A alegação da Casa Branca foi de ser essa uma questão de segurança nacional, uma vez que se tratam de insumos estratégicos de muito valor para o desenvolvimento econômico, frente ao seu emprego em diversas cadeias produtivas de diferentes setores³.

Diante disso, Trump aciona a chamada seção 232, criada na década de 1960 por John F. Kennedy, a qual dá ao presidente o direito de investigar se há importações que ameaçam a segurança nacional, seja pelo risco de desabastecimento ou pelo impacto econômico de uma concorrência desleal. A justificativa americana para tal foi a “necessidade de proteger os trabalhadores norte-americanos e a indústria local contra a

² Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista/Campus Marília e mestranda em Ciências Sociais pela mesma instituição.

³ EUA impõem sobretaxa de 25% ao aço importado e 10% ao alumínio. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/eua-impoem-sobretaxa-de-25-ao-aco-importado-e-10-ao-aluminio.ghtml>.

importação massiva”⁴. O propósito disso é atingir principalmente a China, como uma forma de reduzir a exportação para os EUA e proteger o mercado interno.

A China é a maior produtora e consumidora mundial de aço e alumínio. O país comporta a maior indústria siderúrgica do mundo, mas, mesmo assim, sua produção não é suficiente, demandando mais de 50% de todo aço produzido, e sendo, portanto, o maior dos países importadores de minério de ferro. A questão é que em meio aos esforços para combater a poluição do país, a capacidade produtiva chinesa não se encontra ainda plenamente explorada, isto é, existe um excedente de produção estimado em 500 milhões de toneladas. Somente em 2017, foram reduzidos o excesso de capacidade em 50 milhões de toneladas e estima-se cortar mais 30 milhões neste ano⁵. Evidencia-se com isso que a China é um grande *player* no setor. A grande concentração da indústria siderúrgica está instalada no país, de forma que a indústria brasileira, norte-americana ou mesmo europeia, é impactada pelo mercado e pelo rendimento vindo da Ásia. Logo, a produção chinesa tem um grande peso sobre os valores mundiais do minério de ferro e, conseqüentemente, do aço, além de ser um país altamente competitivo nesse setor⁶.

A alegação de Trump frente a isso é que a China tem inundado o mercado norte-americano e forçado, então, o produtor nacional a diminuir muito os seus preços para tornarem-se competitivos. Nesse sentido, isso faz com que as indústrias nacionais que dependem do aço, assim como a automobilística, procurem metais importados mais baratos. Ainda, é importante ressaltar que o governo já havia reduzido a carga tributária das suas empresas, na tentativa de proteger o mercado interno. Diante dessa situação, o presidente norte-americano declarou em seu Twitter que:

Eles [a China] destruíram a indústria siderúrgica, a indústria do alumínio e outras indústrias. Eles destruíram e levaram as indústrias para outros lugares – a indústria automobilística foi para o México

⁴ Trump impõe tarifas comerciais contra a China. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1952617-trump-impoe-tarifas-comerciais-contr-a-china.shtml>.

⁵ China vai acelerar cortes de produção de aço para conter poluição. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/china-vai-acelerar-cortes-de-producao-de-aco-para-conter-poluicao/>.

⁶ Aço e a disputa comercial entre EUA, China e Brasil. Disponível em: <http://www.chinalinktrading.com/blog/eua-china-brasil-disputa-aco/>.

porque nós não sabíamos o que estávamos fazendo, mas estamos trazendo tudo de volta⁷.

O questionamento que se faz é: por que os EUA estão atingindo a China na siderurgia se a maior parte das importações norte-americanas não são nesse setor? Ainda que a China seja um gigante na siderurgia, ela ocupa a 11ª posição entre os países que exportam aço para o mercado norte-americano, de modo que não representa um dos principais parceiros nessa área. Em contrapartida, maquinário, produtos eletrônicos, móveis, brinquedos e têxteis correspondem às principais categorias de importação. O problema é que, ao barrar esses produtos em um primeiro momento, outras repercussões significativas ocorreriam na cadeia de produção global de alguns países aliados – como o Japão, Coreia do Sul e Taiwan⁸.

Uma das intenções norte-americanas com a guerra comercial é a tentativa de agradar o seu eleitorado conservador, trabalhador de classe média, e apoiadores da antiga região industrial no nordeste do Estado, *Manufacturing Belt*. Ainda como candidato à presidência, Trump pautou intensamente na sua campanha a necessidade de se ter um país forte novamente, de modo a proteger a indústria nacional contra a concorrência estrangeira. “*Make America Great Again*” e “*America First*” ecoaram como slogans de um discurso unilateralista e protecionista, que evidenciavam os problemas sociais e econômicos norte-americanos – desemprego e a desindustrialização - sendo consequência da ação de outros Estados^{9,10}.

Em vista disso, Trump retoma propostas da sua eleição, visando “devolver a América para os americanos”, e culpa a competição “agressiva e injusta” de outros países, e, em especial, da China, pela transferência das fábricas a esses países e, conseqüentemente, pela “exportação de empregos”. Em sua conta do Twitter, Trump publicou: “Vocês não têm ideia de quão mal nosso país foi tratado por outros países”.

⁷ Ataque fiscal de Trump contra China põe em risco mais de R\$ 8 bi em exportações brasileiras. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43250175>.

⁸ Why Donald Trump’s threatened trade war with China could also hurt South Korea, Japan and Taiwan. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2152734/why-donald-trumps-threatened-trade-war-china-could-also>.

⁹ Trump entendeu o americano angustiado com as mudanças na economia. Disponível em: <https://epoca.globo.com/mundo/noticia/2016/11/de-olho-no-eleitor-angustiado.html>.

¹⁰ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Por que Trump?. *Revista Princípios*, nov. 2016.

Tendo tudo isso em conta, a proposta do presidente seria, então, proteger o mercado interno, combatendo, principalmente, os produtos “*made in China*”. Frente a isso, é preciso fazer algumas considerações. É importante destacar que Trump está buscando resgatar a popularidade de seus apoiadores da região do “Cinturão da Ferrugem”, uma vez que há, progressivamente, uma redução de trabalho no setor industrial e descontentamento em virtude da transferência de fábricas para a China, México ou outros estados norte-americanos, como a costa oeste na região da Califórnia, *Sun Belt* – tradicionalmente de apoio democrata^{11,12}.

Outro ponto é que o discurso do presidente vai no sentido de identificar a China como uma competidora desleal, acusada de roubar as indústrias norte-americanas e apropriar-se, por décadas, da propriedade intelectual do país¹³. A questão é que esses aspectos têm forte relação com o próprio progresso tecnológico e o desenvolvimento do mercado internacional nas últimas décadas. Observando por essa esfera política, Trump tem buscado, portanto, materializar uma série de problemas internos na figura de um inimigo externo, de modo a tentar conter a China e ganhar mais popularidade.

Ainda assim, essa não é a única razão do governo Trump atingir os chineses. Existe, em contrapartida, a intenção norte-americana de reduzir o enorme déficit comercial com o país asiático. O déficit comercial norte-americano é da ordem de 800 bilhões de dólares, sendo estimados cerca de US\$ 300 a 500 bilhões com a China, isto é, quase metade do déficit do país¹⁴. Assim sendo, as medidas protecionistas iriam também no sentido de equilibrar essa diferença no déficit comercial. A questão é como fazer isso. Mediante ao que foi brevemente exposto, observa-se os esforços norte-americanos em conter a ascensão do país no comércio internacional e principalmente dentro do seu mercado.

¹¹ Entenda a “guerra comercial” entre EUA e China e como ela pode afetar a economia mundial. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/entenda-a-guerra-comercial-entre-eua-e-china-e-como-ela-pode-afetar-a-economia-mundial.ghtml>.

¹² Ataque fiscal de Trump contra China põe em risco mais de R\$ 8 bi em exportações brasileiras” Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43250175>.

¹³ Ver MENDONÇA, Filipe de Almeida do Prado; LIMA, Thiago; VIGEVANI, Tullo. Instituições e política comercial nos Estados Unidos: política internacional, demandas domésticas e design institucional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 159, p.45-77, abr. 2017.

¹⁴ EUA exigem que China reduza déficit comercial em US\$ 200 bilhões. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/eua-exigem-que-china-reduza-deficit-comercial-em-us-200-bilhoes.shtml>.

Retomando os acontecimentos recentes, anteriores ao anúncio da nova medida tarifária, é relevante destacar igualmente que o governo norte-americano já vinha tentando atingir a China em outros mercados. No início do ano, por exemplo, os EUA aumentaram as tarifas sobre a importação de máquinas de lavar e painéis solares, sendo a China a maior produtora e instaladora de painéis fotovoltaicos do mundo¹⁵. Essas medidas comerciais são postas justamente no sentido de sobretaxar os produtos vindos do mercado chinês. Em visto dessa circunstância, a China pediu inicialmente ao governo estadunidense que contenha o uso de medidas protecionistas e que “respeite as regras” do comércio internacional. No momento da tensão em relação às tarifas sobre o aço e alumínio, um enviado do governo chinês se reuniu com autoridades norte-americanas para discutir a situação. Todavia, a China declarou que faria as retaliações necessárias caso os EUA de fato assumissem essa proposta protecionista¹⁶.

A arma dos chineses foi mirar no setor agrícola norte-americano. O governo chinês declarou restringir as remessas de soja dos norte-americanos por “taxas de reciprocidade”. A pressão sobre os produtos agrícolas, como a soja, sorgo e algodão poderia afetar principalmente os agricultores norte-americanos, que pertencem ao reduto eleitoral estadunidense, e conseqüentemente no apoio de alguns estados agrícolas ao presidente dos EUA, visto que mais da metade das exportações norte-americanas desse setor são absorvidos pela China, o equivalente a US\$12,4 bilhões em 2017¹⁷.

Mas, ainda que o alvo fosse a China, a taxaçoão sobre o aço e o alumínio atingem outros parceiros comerciais norte-americanos. Logo, com o anúncio da nova medida, os representantes de outros Estados, que também sofreriam com a taxaçoão, se pronunciaram e ameaçaram questionar os EUA na OMC¹⁸. O Canadá, por exemplo, fornece 16,7% do aço importado pelos EUA, seguido pelo Brasil com 13,2%, Coreia do Sul 9,7% e Rússia

¹⁵ Trump impõe tarifa à importação de painel solar chinês. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,trump-impoe-tarifa-a-importacao-de-painel-solar-chines,70002162724>.

¹⁶ President Trump meets China's Vice Premier Liu He on trade issues: Chinese state media. Disponível em: <https://www.cnn.com/2018/05/17/trade-talks-donald-trump-meets-chinas-vice-premier-liu-he.html>.

¹⁷ China tariffs on soy, sorghum spread fear in U.S. farm country. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-trade-china-crops/china-tariffs-on-soy-sorghum-spread-fear-in-u-s-farm-country-idUSKCN1HB2R6>.

¹⁸ EUA denunciam tarifas de UE, China, México, Canadá e Turquia na OMC. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2018/07/19/eua-denunciam-tarifas-de-ue-china-mexico-canada-e-turquia-na-omc.htm>.

com 8,1%¹⁹. Após a ameaça de uma escalada de barreiras comerciais entre todos os envolvidos, o governo norte-americano suspendeu a imposição da medida para produtos provenientes da UE, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Coreia do Sul e México²⁰.

Com isso, os EUA passaram a mirar mais diretamente na China. A partir de então, iniciou-se uma série de ameaças que levariam a uma guerra comercial entre os países. Trump reforça a discussão sobre a propriedade intelectual, na qual a China vem, segundo ele, roubando informação dos EUA principalmente no setor de tecnologia. Os chineses são acusados também de violar os segredos comerciais das empresas norte-americanas, o que levaria a uma concorrência desleal com o resto do mundo. À vista disso, a administração Trump anuncia uma nova lista com 1.333 categorias de produtos que poderiam sofrer com tarifas de 25%, alegando violação de propriedade intelectual²¹.

Após essas ameaças, a China estabelece uma lista com 128 produtos, equivalente a 611,5 milhões de dólares, e anuncia a imposição de novas tarifas sobre esses alvos, tais como carne suína, frutas e castanhas, tubos de aço para indústria petrolífera, etanol e soja. Sob essa tensão, no início de abril, a China recorre à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as medidas norte-americanas para o aço e alumínio, notificando as suas medidas retaliatórias e alegando que as ações dos EUA não corresponderem à justificativa de segurança nacional, e sim, a um protecionismo comercial²².

E assim, segue-se com a escalada de ameaças. No mesmo dia, Trump propõe sobretaxar mais de US\$ 100 bilhões de produtos chineses, além dos US\$ 50 bilhões já anunciados. Em retaliação, a China ameaça com novas tarifas sobre o gás natural, petróleo bruto, e produtos de energia dos EUA. Em contrapartida, Trump ameaça impor tarifa de 10% sobre US\$ 200 bilhões em bens chineses, o que levou à China novamente a fazer

¹⁹ China corresponde por 2,9% das importações de aço dos EUA. Disponível em: <https://www.valor.com.br/internacional/5358635/china-responde-por-29-das-importacoes-de-aco-dos-eua>.

²⁰ EUA suspendem sobretaxas de aço e alumínio do Brasil para negociar. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/eua-suspendem-sobretaxas-de-aco-e-aluminio-do-brasil-para-negociar.shtml>.

²¹ Trump tariffs: China retaliates with new levies on US products. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/apr/04/china-retaliates-to-trump-tariffs-with-new-levies-on-us-products>.

²² China notifica formalmente OMC sobre tarifas retaliatórias contra os EUA. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,china-notifica-formalmente-omc-sobre-tarifas-retaliatorias-contra-os-eua,70002253036>.

outra queixa à OMC. Ultrapassando o plano das ameaças, o governo norte-americano decide tarifar as importações chinesas no valor de US\$ 50 bilhões. A Casa Branca alegou que as restrições foram justificadas pelo roubo de longa data da propriedade intelectual das empresas norte-americanas. Passam a valer, portanto, a partir do dia 6 de julho, a primeira parte das imposições tarifárias de 25% sobre os produtos chineses, estimado em US\$34 bilhões. A segunda fase, de US\$ 50 bilhões, não foi posta em prática até o momento^{23,24}.

A ação do governo norte-americano em realmente fazer valer a sobretaxação aumenta a tensão entre os países. Principalmente porque os produtos chineses que sofrem com a medida são bens estratégicos para o desenvolvimento chinês, uma vez que são sobretudo produtos de alta tecnologia, importantes para o plano estratégico chinês “Made in China 2025”²⁵, o qual prevê a transformação do país em uma potência tecnológica. Dessa forma, se encerraria a defasagem em relação ao Ocidente, principalmente em setores como robótica, manufaturados, automobilístico, tecnologia espacial e biotecnologia²⁶. No total, são 1.102 produtos, que incluem desde aeronaves e cabos de fibra óptica, até insumos para indústria química e itens de construção ferroviária²⁷. Portanto, mais do que combater o maior acesso chinês ao mercado nacional, a proposta do Trump é de conter o gigante asiático, criando dificuldades, seja nas atividades chinesas de desenvolvimento tecnológico, seja no comércio internacional. A China, por outro lado,

²³ Guerra comercial: começa a valer nesta sexta sobretaxa dos EUA sobre parte de produtos chineses. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/guerra-comercial-comeca-a-valer-nesta-sexta-sobretaxa-dos-eua-sobre-parte-de-produtos-chineses.ghtml>.

²⁴ How the US ended up in an escalating trade dispute with China. Disponível em: <https://www.cnn.com/2018/06/19/how-the-us-ended-up-in-an-escalating-trade-dispute-with-china.html>.

²⁵ O ambicioso plano “Made in China 2025” com que Pequim quer conquistar o mundo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44039447>.

²⁶ Guerra comercial: EUA visam boicote ao capital chinês em empresas de tecnologia. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2018/06/25/guerra-comercial-eua-visam-boicote-ao-capital-chines-em-empresas-de-tecnologia.htm>.

²⁷ EUA anunciam tarifas sobre US\$ 50 bilhões de importações da China. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/eua-anunciam-tarifas-adicionais-de-us-50-bilhoes-sobre-importacoes-da-china.ghtml>.

mantém seus esforços e rebate ameaçando impor tarifas de 25% em 545 categorias de produtos norte-americanos, incluindo soja, carne bovina, uísque e veículos²⁸.

A expectativa do mercado era, até então, de que ambos os países entrassem em um acordo e que as tarifas não fossem realmente aplicadas. O problema é que essa taxaço se estende para todo o comércio internacional, uma vez que produtos, principalmente commodities, incidem diretamente no custo de outros bens. Com o mundo globalizado e as cadeias de produção e de consumo interligados, o aumento do valor de um bem pode resultar diretamente no encarecimento de uma série de outros no mercado internacional. Em outros termos, muitos dos grandes conglomerados norte-americanos atuam na China e, dessa forma, o próprio comércio intrafirma pode ser atingido. Sendo assim, de uma forma ou de outra, todos podem ser afetados. Quanto mais a guerra comercial seguir a diante e inserir bens de capital e bens intermediários, mais o duelo das duas maiores economias vão afetar na cadeia de produção no mundo. Em outras palavras, as tarifas podem favorecer determinados setores norte-americanos e dar a sensação de “retorno dos empregos”, mas, por outro lado, produtos chineses ou com insumos da China podem encarecer. Diante disso, é possível que, dependendo das circunstâncias, outros Estados adotem também retaliações.

Ainda assim, em um primeiro momento, pode-se ter alguns pontos positivos nessa disputa comercial. Alguns setores norte-americanos podem ser favorecidos no curto prazo. Por exemplo, no caso brasileiro, isso pode representar uma oportunidade para o setor do agronegócio. Isso porque o Brasil é o principal concorrente dos EUA no fornecimento de soja para a China ²⁹. Mas, ainda assim, a situação deve ser observada também em um longo prazo.

No meio deste entrave internacional, observa-se, portanto, que os EUA têm tentado criar uma série de barreiras e dificuldades para a China, a qual tem se manifestado reciprocamente. O melhor dos cenários para os norte-americanos seria se a China cedesse em questões de tecnologia e abrisse mais o seu mercado para serviços e produtos estadunidenses. Contudo, Xi Jinping, presidente da China, defendeu que “ninguém sairá

²⁸ EUA ativam as tarifas alfandegárias sobre a China e a batalha comercial começa. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/05/economia/1530827642_061116.html.

²⁹ Como a guerra comercial entre EUA e China pode afetar o Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44745494>.

vencedor em uma guerra comercial”³⁰ e que o país permanecerá defendendo seus interesses. Com a escalada de ações, uma possibilidade é de que os dois lados recuem, ou ainda, que ascendam com medidas mais agressivas, colocando em jogo a balança comercial entre China e EUA e, conseqüentemente, do resto do mundo.

Em virtude de tudo que foi mencionado, evidencia-se a intenção norte-americana de frear o desenvolvimento tecnológico e nacional chinês – atingindo pontos estratégicos, forçar uma maior abertura do mercado asiático, proteger os seus produtores e ainda criar uma ilusão de retorno das vagas de emprego transferidas para o exterior. A questão é que falta uma definição clara dos objetivos norte-americanos e uma estratégia viável para alcançá-los. A escalada tarifária, como expressão da força na tentativa de fazer o oponente ceder, pode levar a um entrave muito maior entre os dois países e na economia de ambos. O agravamento da situação também pode impactar negativamente o apoio ao presidente, na medida em que as mudanças econômicas e as dificuldades a alguns setores fundamentais norte-americanos tendem a pressionar e não apoiar as decisões da Casa Branca. Em contrapartida, a China reage às investidas norte-americanas, mas não entende a guerra comercial como favorável. Mesmo diante das dificuldades, o projeto de desenvolvimento chinês provavelmente será mantido. Até o momento deste texto, não se sabe quais serão os próximos passos dessa guerra comercial e, por conseguinte, os danos que tal guerra provocará, de fato, na economia.

³⁰ Ninguém ganha em uma guerra comercial, diz premiê da China. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN1JW1P8-OBRBS>.

Cúpula entre Trump e Kim: usos da política externa para a legitimação doméstica

Friedrich Maier³¹

O texto procura fornecer uma interpretação do significado do encontro entre Kim Jong-un e Donald Trump, ocorrido em 12 de junho deste ano, e indicar possíveis desdobramentos. Compreendemos a reunião entre os presidentes numa percepção que relaciona os ganhos de *política externa* – norte-americanos e norte-coreanos – com os contextos de *política interna*, demonstrando como na realidade esses dois âmbitos estão muito mais conectados do que aparentam. Se para a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) o encontro pode significar um alívio das sanções (e seu cumprimento pelo governo chinês), relaxando as fortíssimas pressões econômicas sobre sua população, para Donald Trump e sua polêmica administração dos Estados Unidos da América (EUA), a reunião serviu como uma boa estratégia para aplacar um pouco dos reveses internos sofridos pelo presidente.

A discussão aqui desenvolvida toma por base os esclarecimentos contidos no texto dedicado à Coreia do Norte e seu programa nuclear presente no boletim de conjuntura anterior³². Como uma breve retomada³³, julgamos nesse texto os principais pontos de partida sobre a Coreia do Norte: a) o contexto histórico de formação do atual conflito, retomando o período da violenta ocupação japonesa (1910-1945), a Guerra das Coreias (1950-1953) e a situação de semi-isolamento do país após a dissolução da União Soviética em 1991; b) a percepção da elite governante norte-coreana do risco constante do regime, adotando como resposta uma militarização da sociedade – plasmada na *ideia juche* – que culminou, no contexto recente, no desenvolvimento de um programa nuclear e balístico como elemento de dissuasão e barganha; c) a habilidade da política externa norte-coreana, que remonta desde às negociações paralelas com China e União Soviética nos tempos da Guerra Fria e passa pelos diálogos com o Ocidente iniciados por Kim Il-sung na década de 1990.

³¹ Graduado em Relações Internacionais e mestrando em Ciências Sociais pela UNESP-FFC/Marília.

³² Ver: Boletim de Conjuntura Política e Econômica abril-junho 2018, pp. 22-26. Disponível em: <http://www.ieei-unesp.com.br/portal/?p=4037>

³³ Uma ótima referência histórica sobre a Coreia do Norte se encontra em: VISENTINI, P. G. F. *A revolução coreana: o desconhecido socialismo Juche*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

O caminho norte-coreano até aqui

Do lado norte-coreano, o encontro realizado em junho foi possível tanto pelo desenvolvimento do programa nuclear, quanto pelas sanções impostas ao país. Internamente, a consolidação do objetivo central do regime, a ogiva nuclear e a capacidade de lançá-la com um míssil balístico intercontinental (ICBM), conferiu um elemento de barganha e dissuasão internacional de alto nível³⁴. Isto é, não é intenção do regime iniciar uma Terceira Guerra Mundial, mas garantir sua sobrevivência política, diante de uma região cercada por inimigos (Japão, Coreia do Sul e as bases norte-americanas) e aliados reticentes (China), ao mesmo tempo em que procura condições melhores para sua economia e sociedade.

No campo externo, proporcionalmente ao desenvolvimento dos dois programas, as sanções econômicas internacionais ampliaram as amarras e impedimentos da já debilitada economia norte-coreana, que enfrenta um grave problema de insumos, tanto alimentares – com apenas 1/3 da terra apta para agricultura – quanto industriais e energéticos. A mais recente rodada de sanções focou no campo energético, restringindo exportações de petróleo e banindo exportações de gás natural para o país, e comercial, impedindo importações dos principais produtos norte-coreanos vendidos no exterior (aço, carvão, têxteis e pescados)³⁵. Cabe mencionar, a insegurança alimentar do país foi agravada por uma forte seca em 2017, o que também pode ter ajudado na aparente “pressa” na iniciativa das negociações.

E aqui entra um elemento central: a habilidade diplomática norte-coreana. Longe de representar um regime “louco”, com uma população que delira conjuntamente por um

³⁴ Não se sabe ao certo o patamar de desenvolvimento dessas duas tecnologias em solo norte-coreano. O que temos são avaliações de especialistas sobre “rastros” dos testes nucleares e análises de trajetórias dos testes com mísseis, além das inflamadas declarações oficiais do governo, em alguns casos. Em 2017 a RPDC lançou 23 mísseis em seu programa de testes, incluindo o foguete Hwasong-14, creditado como um ICBM (capaz de atingir longas distâncias e, em tese, o território dos EUA). No mesmo ano, testes nucleares foram realizados, incluindo uma possível bomba de hidrogênio. Para uma cronologia do desenvolvimento nuclear e balístico norte-coreano ver: <https://edition.cnn.com/2013/10/29/world/asia/north-korea-nuclear-timeline---fast-facts/index.html>

³⁵ These sanctions will keep squeezing North Korea’s economy. Disponível em: <https://money.cnn.com/2018/06/12/news/economy/north-korea-sanctions-explainer/index.html>

líder tirânico e indolente (visão que, aliás, carrega certa dose de racismo³⁶) devemos compreender as ações do governo sem o viés “demonizador” de muitos organismos da mídia tradicional. Assim, foi iniciativa norte-coreana o início das distensões. Devemos lembrar que, após um ano demonstrando suas capacidades bélicas e trocando farpas com Trump, a cúpula diplomática norte-coreana iniciou o ano de 2018 reestabelecendo o diálogo com o governo da Coreia do Sul e seu presidente recém-eleito, Moon Jae-in. Menos de seis meses depois, os norte-coreanos sentaram-se à mesa com o presidente dos Estados Unidos da América.

O caminho norte-americano até aqui

Do lado norte americano, o encontro representou um elemento de barganha de Donald Trump, não com outros atores internacionais, mas diante dos seus inúmeros críticos internos. O presidente republicano utilizou a cúpula para atestar ao mundo – e, principalmente, para os norte-americanos – que seu jeito “durão” de negociar está trazendo bons frutos. Ao avançar – ainda que inconclusivamente, como veremos – uma pauta de grande importância histórica da política externa norte-americana, o presidente dá sinais de uma recuperação da capacidade de atuação internacional de sua administração e de seu país.

Essa consideração é importante se levarmos em conta os constantes reveses e polêmicas que emergiram nesses quase dois anos de governo Trump³⁷. Além disso, os resultados políticos das investigações sobre a suposta conexão de membros da campanha do presidente com o governo da Rússia ainda não se esgotaram. Uma derrota nas eleições desse ano ao congresso pode significar a perda da maioria republicana na Câmara e ressuscitar o “fantasma” do *impeachment*. Soma-se, por fim, o descontentamento de grande parte da população norte-americana diante da falta de medidas mais “fortes”, por

³⁶ A lot of What you know about North Korea is Racist Nonsense. Disponível em: <https://medium.com/defiant/a-lot-of-what-you-know-about-north-korea-is-racist-nonsense-a625256b51cc>

³⁷ Dentre eles podemos citar que o presidente não conseguiu avançar sua proposta de política de saúde para os EUA (a substituição do *Obamacare*), a construção do muro com o México – e seu financiamento – ainda está incerta, além dos constantes entraves que seus decretos sofrem com as instâncias judiciárias. Cito ainda a mais recente política de separação de pais e filhos imigrantes, que causou forte repercussão na mídia nacional e internacional.

parte do governo antecessor de Barack Obama, diante das inúmeras “provocações” norte-coreanas³⁸.

Assim, Trump inteligentemente soube aproveitar do caso norte-coreano para angariar capital político diante da sociedade norte-americana. Essa estratégia, vale dizer, é comum ao seu modo de atuação política, que procura elementos de “distração” midiática para se escudar das críticas de parte da mídia tradicional, contrária à sua atuação como presidente.

Os resultados da Cúpula

Cabe ressaltar, a Cúpula entre os presidentes não ofereceu elementos concretos ao público em geral. Isto é, para além de declarações conjuntas sobre “entendimentos” acerca do desmonte do programa nuclear norte-coreano, não houve a publicação de nenhum plano ou projeto que delimitasse prazos e objetivos a serem cumpridos³⁹. Mesmo assim, a Cúpula trouxe significados importantes para a avaliação política desse caso.

Apesar de falta de concretude, Trump afirmou que sua reunião privada com o congênere norte-coreano teve resultados e que “Não há mais uma ameaça nuclear da Coreia do Norte”⁴⁰. O presidente reforça assim sua característica de “bom negociador” ao mesmo tempo que demonstra a efetividade da sua forma de conduzir a política externa: retórica agressiva, sanções econômicas e encontros bilaterais de nível presidencial.

Os frutos, ao que parece, são bons também do lado norte-coreano. Em primeiro lugar, sem firmar compromissos explícitos (datas e prazos) que apressem o desmonte do programa nuclear, Kim Jong-un viu seu governo e regime legitimados internacionalmente, mais uma vez⁴¹. Dado que o presidente da “nação mais poderosa do mundo” resolveu se sentar e discutir em condições semelhantes com o líder do isolado

³⁸ Obama sofreu críticas por uma opção tática de lidar com o problema norte-coreano de forma “leve”, envolvendo mais o uso de negociações e sabotagem do que as pesadas sanções econômicas de Trump. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/03/04/world/asia/left-of-launch-missile-defense.html>

³⁹ Ainda assim, lemos no documento que reafirmando a declaração de Panmunjom (assinada com a Coreia do Sul em 27/04/2018) “a RPDC se compromete a trabalhar para a desnuclearização completa da península coreana”.

⁴⁰ Trump declares North Korea is “no longer a nuclear threat”. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2018/06/13/politics/trump-north-korea-nuclear-threat/index.html>

⁴¹ Como ocorreu em 1994 e 2007-8, períodos de diálogo internacional sobre desnuclearização na RPDC.

país peninsular, o discurso de Kim como o desequilibrado “homenzinho do foguete”⁴² não se sustenta facilmente. Ao escolher o diálogo em nível presidencial, Trump concordou em diminuir a imagem de pária internacional da Coreia de Norte.

Em segundo lugar, a Cúpula pode contribuir tanto para reduzir o risco militar ao qual o regime se vê submetido, quanto aliviar as pressões econômicas e sociais impostas pelas sanções. Após o encontro, Trump decidiu suspender os exercícios militares realizados em conjunto com a Coreia do Sul, uma das maiores provocações ao regime de Kim. Já o alívio das sanções é esperado não pelo lado norte-americano, que certamente demandará sinais robustos de um programa de desnuclearização antes de fazer qualquer concessão. Falamos aqui da potência que até então estava oculta em nossa análise: a China.

Desdobramentos futuros

O papel chinês no encontro entre os dois presidentes não pode ser subestimado. Antes de visitar o líder norte-americano, Kim Jon-un se encontrou com Xi Jinping por duas vezes, em Pequim (março) e na cidade portuária de Dalian (maio). Uma semana após o encontro com Trump, Kim retornou à capital chinesa, possivelmente para dar um relato pessoal sobre o encontro com o norte-americano.

Cabe lembrar, as decisões chinesas de cumprir as sanções impostas no âmbito das Nações Unidas foram cruciais para os problemas econômicos na RPDC. Maior parceiro comercial e tecnológico, as restrições de comércio com a China significaram a virtual exclusão do país do comércio internacional, agravando os problemas com insumos – principalmente no campo energético – e de divisas internacionais. É vital para a RPDC uma alteração no comportamento chinês, mesmo que para “driblar” as sanções⁴³.

Parceiro estratégico de longa data, a China é a maior responsável pela estabilidade do regime norte-coreano. Estabilidade que também a interessa. Inclusive, logo após a Cúpula, um funcionário de imprensa do governo chinês afirmou que as sanções, por não serem um fim em si, deveriam ser relaxadas visando às relações

⁴² Como se referiu Trump ao líder norte-coreano em mensagem no Twitter em 27/09/2018. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/donald-trump-kim-jong-un-little-rocket-man-north-korea-alabama-senator-luther-strange-nuclear-a7962771.html>

⁴³ “Kim Jong-un Returns to China, This Time With Leverage”. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/06/18/world/asia/kim-jong-un-china-north-korea.html>

diplomáticas⁴⁴. A Cúpula pode significar para a Coreia do Norte a forma de, aos poucos, barganhar com o desmonte de seu programa nuclear, visando ao desbloqueio das relações comerciais não com os EUA, mas prioritariamente com a China⁴⁵.

Além da China, devemos esperar desdobramentos na relação com a Coreia do Sul. Os diálogos com o presidente Moon Jae-in podem render iniciativas no sentido de reduzir a pressão econômica ao qual o Norte está submetido. Não podemos esquecer, o líder do Sul é mais aberto ao diálogo que seu antecessor. A iniciativa do Norte de prontamente iniciar conversas a partir da posse de Moon é um indicativo dessa consideração. A Coreia do Sul, muito mais ameaçada pelo programa nuclear norte-coreano do que os EUA, pode ceder em alguns pontos, visando à manutenção do diálogo e ao prosseguimento do acordo.

Do lado norte-americano, podemos esperar mais pressão. Recentemente um conselheiro de segurança nacional dos EUA apontou que a RPDC “não tomou as medidas que consideramos necessárias para desnuclearizar”⁴⁶ a península. Trump iniciou sua jogada na Coreia do Norte e manterá as sanções. Um fracasso nesse campo pode ajudar a enfraquecer a imagem de sua administração. Resta saber até que ponto essa negociação “dura” conseguirá manter os chineses – dada a recente guerra comercial entre os países – do seu lado.

Buscando uma tentativa de interpretação, o texto avaliou alguns dos pontos da crise e, certamente, deixou de captar muitos dos outros elementos. Antes de encerrar, justificamos parcialmente nosso foco demasiado no caráter personalista da análise sobre os Estados Unidos. No texto, serve para lançar luz sobre um ponto evidente no processo de formulação de política externa dos EUA: a relativa autonomia do Executivo, que a instrumentaliza – claramente contando com uma base mínima de apoio parlamentar, como Trump *corriqueiramente* possui – diante de problemas e pressões internas.

⁴⁴ China suggests sanctions relief for North Korea after Trump-Kim summit. Disponível em: <https://www.usatoday.com/story/news/world/2018/06/12/china-sanctions-relief-north-korea-trump-kim-summit/693750002/>

⁴⁵ China’s approach to North Korea sanctions. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/01/chinas-approach-to-north-korea-sanctions/>

⁴⁶ North Korea has not taken steps to denuclearize, John Bolton says. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/politics/north-korea-has-not-taken-steps-to-denuclearize-john-bolton-says/2018/08/07/9a560ac0-9a51-11e8-8d5e-c6c594024954_story.html?noredirect=on&utm_term=.53a8a7146ac2

Somamos a esse fator de foco, o caráter histórico da agenda de política externa norte-americana sobre a Coreia e os recentes testes e explosões que a agudizaram, ao indicar um estágio avançado do programa nuclear e balístico norte-coreano – um perigo estratégico dentro da análise de longo prazo dos EUA.

Enfim, longe de esgotar a discussão esperamos que nossa análise contribua para um debate sadio e coerente sobre o caso norte-coreano. É preciso nesse, e em tantos outros assuntos polêmicos dentro do mundo ocidental, ponderar as informações da imprensa tradicional com pesquisa histórica e teórica, sempre aberto a acaloradas discussões, visando escapar de discursos maniqueístas e simplistas.

O significado da eleição de Andrés Manuel López Obrador no México

Érika Laurinda Amusquivar⁴⁷

A vitória nas urnas para presidente de Andrés Manuel López Obrador no México no começo de julho de 2018 marca uma importante virada política no país. Com 53% dos votos, López Obrador, também conhecido pelas suas iniciais AMLO, derrotou com ampla margem seus demais adversários, como Ricardo Anaya do Partido da Ação Nacional (PAN), segundo colocado que obteve apenas 22% dos votos⁴⁸. Essa vitória expressiva nas urnas – mais que o dobro da porcentagem do partido de centro-direita de Anaya, ressaltando que no México não existe segundo turno – marca uma virada da esquerda no país, buscando reorientar para novas diretrizes políticas, econômicas e sociais a política mexicana. Tal votação com números expressivos também serviu para ter uma prévia do referendo da atual gestão de Peña Nieto. Com a entrada de AMLO no poder, as perspectivas que se configuram para a reestruturação do país e com as mudanças de sua política externa podem ressignificar um importante contraponto nas relações internas e internacionais.

A derrota do Partido Revolucionário Institucional (PRI) do atual presidente Enrique Peña Nieto para o partido de esquerda Morena (Movimento Regeneração Nacional) de López Obrador registra não apenas o descontentamento da população mexicana com o *establishment* adotado por Peña Nieto durante seu governo e, até mesmo de seu antecessor, o então presidente Felipe Calderón do PAN, que governaram durante décadas o país com um viés direita e centro-direita e cujos problemas como a violência, desemprego, tráfico de drogas e crime organizado perpetuam a condição periférica do país no cenário mundial e por isso são os principais obstáculos de AMLO em sua nova gestão, que tais governos anteriores não conseguiram resolver. Registra também uma tentativa de reação às políticas de austeridade adotadas pelo seu vizinho, os Estados Unidos, sob o governo de Donald Trump, sobretudo por sua rígida conduta de barrar a imigração em solo estadunidense. A polêmica da construção do muro, que separaria as

⁴⁷ Doutora em Ciência Política pela Unicamp.

⁴⁸ QUINTANA, Martí. La victoria de López Obrador lleva a la izquierda a la presidencia de México. *El Diálogo*, 2 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.eldiario.es/internacional/Lopez-Obrador-izquierda-presidencia-Mexico_0_788471191.html>

fronteiras entre México e Estados Unidos como promessa de campanha de Trump a ser paga pelo México, foi também um grande impulsionador de AMLO para o cargo à presidência do país em 1º de dezembro de 2018, data que toma posse como líder máximo do país. O novo presidente tem como meta uma aproximação cautelosa com os Estados Unidos de modo a resolver tais imbróglis.

López Obrador vence depois da terceira tentativa na disputa da presidência – as duas primeiras foram em 2006, ano que ganhou Felipe Calderón por uma vitória acirrada e controversa e em 2012 com a vitória de Peña Nieto. Antigo prefeito da Cidade do México entre 2000 e 2005, López Obrador conseguiu disseminar um discurso de campanha mais conciliador. Tanto que seu programa de governo defendido durante toda a sua campanha buscou se aproximar dos eleitores mais novos. Para suavizar sua imagem anterior, mais à esquerda radical, usaram em sua campanha até o trocadilho *AMLOve*, ganhando também apoio nas redes sociais. Um de seus pilares de campanha foi se preocupar com os problemas internos do México, tais como: corte de salários; reformulação da Constituição no México; tentativa de tipificar corrupção, crimes de combustíveis e fraude eleitoral como crimes graves; proibição de espionagem e escutas telefônicas; e o combate à criminalidade pelo governo.

Há perspectivas de uma mudança social, sobretudo na relação mais próxima de AMLO com a sociedade mexicana. Uma das grandes insatisfações populares no México é o problema da violência e do crime organizado. De acordo com a consultoria de análise de risco *Etellekt*, em reportagem publicada na emissora internacional alemã, Deutsche Welle, 130 candidatos políticos foram mortos durante a atual eleição, sobretudo municipal, que ocorreu paralelamente à disputa do governo federal. De atentados, foram mais de 500⁴⁹. López Obrador iniciará seu mandato já com o desafio de enfrentar um sistema oligárquico e clientelista, principalmente das cidades pequenas do país, que se transforma em organizações criminosas, muitas vezes com o próprio apoio da polícia local.

Tal estrutura de violência foi se disseminando à medida que o México passava por diversas crises, processos de desindustrialização e falta de empregos. Esse cenário impactou significativamente no desenvolvimento social do México, uma vez que o país,

⁴⁹ ANARTE. Enrique. Atos de violência como ferramenta de campanha”. Deutsche Welle, 27 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-elevado-risco-de-ser-candidato-no-m%C3%A9xico/a-44423909>>

ainda compoendo geograficamente a América do Norte, sempre esteve às margens de um desenvolvimento tal como seus vizinhos ao norte – Estados Unidos e Canadá. Historicamente, o México representa um dos países cujo nível de violência e criminalidade ascendeu sobretudo nos últimos dez anos, período em que se transferia paulatinamente do cartel de drogas da Colômbia para o México, operação essa que contou com o apoio maciço dos Estados Unidos. Outro ponto importante a ser considerado por essa ascensão a um dos principais distribuidores de drogas é a sua posição geográfica, vizinha ao maior consumidor de drogas do mundo, os Estados Unidos, segundo dados da UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime)⁵⁰. Desde a posição mais austera do então presidente Calderón ao combate às drogas do país, contando inclusive com recursos dos Estados Unidos, o planejamento austero com que fora tratado o combate ao narcotráfico fez com que a escalada da violência só aumentasse em território mexicano.

AMLO, portanto, terá grandes desafios para refazer o mapa político do país. O problema das drogas está diretamente associado, segundo sua promessa de campanha, com o combate à desigualdade e à pobreza. Desse modo, a criação de empregos tem sido um dos pilares para a retomada do desenvolvimento econômico e social do país. Algumas análises aproximam a estratégia de AMLO no México com a ascensão do então presidente Luís Inácio Lula da Silva no Brasil⁵¹. Isso porque a imagem de López Obrador fora sendo amenizada enquanto seus discursos mais radicais da esquerda foram sendo substituídos por uma retórica mais conciliadora. AMLO por diversas vezes admitiu que poderia rever penas de crimes, enquanto poderia endurecer penas de corrupção e rever privilégios da elite política. Uma das grandes incógnitas tem sido a relação que o futuro presidente traçará com a elite empresarial mexicana. Uma das sinalizações positivas tem sido sua principal promessa – a criação de empregos no México, o que poderia reaquecer as empresas, sobretudo as maquiladoras, muito prejudicadas após a ascensão de Trump ao governo dos Estados Unidos.

⁵⁰ Annual prevalence of use of drugs in 2016. UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime) – Statistics and Data, 2016. Disponível em: <https://dataunodc.un.org/drugs/prevalence_map>

⁵¹ BRUERA, Hernán Gómez. AMLO, cerca de Lula y lejos de Chávez. *NY Times*, 5 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/es/2017/12/05/amlo-cerca-de-lula-y-lejos-de-chavez/>>; RATHBONE, John Paul. AMLO as Lula? *Financial Times*, 29 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/f288a08a-7ba3-11e8-bc55-50daf11b720d>>

A criação de novos empregos também incidirá diretamente na política de imigração entre México e Estados Unidos. A tão perturbada relação após pronunciamentos do presidente dos Estados Unidos quanto ao endurecimento da política migratória, bem como a criação do muro na fronteira entre os dois países, pode ser amenizada com a nova política de AMLO para o México, principalmente se a preocupação do presidente em voltar sua atenção para os problemas internos do México realmente se concretizar. Após a vitória nas urnas, um dos primeiros discursos agora como presidente eleito (mas ainda não empossado) foi a criação da *Segalmex*, a nova secretaria para a segurança alimentar mexicana. Outros programas que o partido Morena⁵² defendeu desde sua criação buscam ampliar os direitos sociais no país e fortalecer sua política interna.

Um dos lemas de López Obrador tem sido uma política voltada aos problemas do México. Em suas próprias palavras: "A melhor política externa será uma política interna forte"⁵³. Obviamente que a exaltação das políticas internas de AMLO não poderá ignorar a política externa, tampouco subordiná-la, visto que o México não compõe o status de potência mundial, nem de país imperialista. Pelo contrário. Um dos obstáculos mais latentes que o novo presidente enfrentará será a política de vizinhança com os Estados Unidos. Não apenas a política migratória ou o muro, mas também as relações comerciais com seus parceiros do Norte. AMLO encarará acordos de renegociação com o NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte – muito fragilizado após os decretos de Trump sobre tarifas alfandegárias de importação. López Obrador terá que lidar com uma política agressiva de Trump para que as soluções aventadas para o México possam sair do papel. Afinal, 1/3 do PIB mexicano depende das exportações para os Estados Unidos⁵⁴. Segundo Trump, o problema das maquiladoras se assenta no fato de que elas produzem parte na China e vendem nos EUA sem tarifa. Isso, portanto, segundo a ótica dos Estados

⁵² Programa Morena, 2013. Disponível em: <<https://lopezobrador.org.mx/wp-content/uploads/2013/02/Programa-MORENA.pdf>>

⁵³ LAFUENTE, Javier. Eleições no México: quando seu vizinho é Donald Trump. *El País*, 30 de junho de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/29/internacional/1530227206_837251.html?rel=str_articulo#1534100710086>

⁵⁴ UNCTADSTAT – United Nations Conference on Trade and Development. General Profile: México. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/GeneralProfile/en-GB/484/index.html>>

Unidos, deve ser revisto, o que pode ser um entrave para as novas diretrizes políticas de AMLO.

Além dos Estados Unidos, o novo presidente também deverá olhar para seus parceiros latino americanos. Terá que lidar com a Aliança do Pacífico – composta pelos países México, Colômbia, Chile e Peru – para tratar de assuntos de livre comércio. Uma das demandas será diversificar suas relações comerciais sem precisar assim ser tão dependente dos Estados Unidos. Um dos desafios nesse assunto será driblar a onda de protecionismo encabeçada pelo seu vizinho do Norte. Assim sendo, terá que ampliar sua parceria com os demais países da América Latina. Uma incógnita será as relações bilaterais delineadas com o Brasil, visto que o alinhamento com o país se tornou mais “distantes” por conta da instabilidade política e a conduta mais austera do governo Temer. Esse cenário poderá mudar caso as eleições que ocorrem também esse ano no Brasil mudar as diretrizes políticas com o/a novo/a presidente a ser escolhido/a em outubro de 2018.

As condições para a reestruturação de uma política – interna e externa – do México seguem sendo as principais preocupações do líder do Morena. No entanto, tais mudanças travam nas condições históricas do próprio país. Segundo as conclusões do economista Wilson Cano em um famoso estudo econômico dos países latino americanos entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 publicado na obra “Soberania e política econômica na América Latina”⁵⁵, o futuro do México não era tão promissor. Nas palavras de Cano, após o resgate histórico desde os anos 1930 até o final dos anos 1990, passando por período de industrialização, crises econômicas e recessões e reformas políticas, sua conclusão não era tão animadora: “Assim sendo, é muito difícil acreditar num futuro promissor de crescimento, aumento do emprego, modernidade, justiça social e, quiçá, de democracia” (Cano, 2000, p. 454). O xadrez geopolítico almejado por López Obrador para o México, no entanto, busca superar esse atraso e passa pela garantia da dignidade e soberania do México. Segundo *El País*, o novo presidente “prometeu liderar a quarta transformação do México, depois da Independência (1821), da Reforma (1858-61) e da Revolução (1910)”⁵⁶. Trata-se, portanto, de buscar uma nova revolução mexicana, com contornos de uma diretriz da política de esquerda. Para tanto, López Obrador necessitará

⁵⁵ CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

⁵⁶ LAFUENTE, Javier. A incógnita López Obrador. *El País*, 2 de julho de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/30/internacional/1530382172_247081.html>

superar a condição de dependência subserviente do México em relação aos Estados Unidos, o que mais do que erradicar os problemas internos, será seu principal obstáculo no que tange à política externa. Também terá que se sustentar como um país cujo governo será com contornos de esquerda em uma América retalhada por inúmeras instabilidades políticas e econômicas, como é o caso da Venezuela.

O compromisso de equidade social de AMLO inicia em retomar o crescimento econômico e erradicar todos os privilégios de uma elite – uma de suas promessas é diminuir o seu próprio salário, como exemplo à população de suas metas – assim como garantir boas relações com seus vizinhos do continente. Do ponto de vista das relações internacionais, López Obrador terá que lidar com a incerteza das mudanças políticas e econômicas de seus parceiros⁵⁷. Do ponto de vista interno, tem uma situação a seu favor. Adicionada à vitória de AMLO também se redefine outra linha no Legislativo mexicano. Pela primeira vez, 48% do Senado e 49,2% da Câmara dos Deputados serão compostos por mulheres⁵⁸. Boa parte delas compoem um Legislativo também de esquerda, o que garante não apenas uma diversidade de gênero por conta das cotas de eleição feminina, mas também um alinhamento do Executivo em pautas do Partido Morena. O partido também terá sob sua jurisdição o mandato da prefeitura da capital mexicana por Claudia Sheinbaum, também do Partido Morena e da equipe de meio ambiente de quando López Obrador era prefeito na capital.

AMLO, portanto, contará com um cenário político institucional favorável para tentar ingressar sua pauta progressista e de esquerda no México. Resta saber se sua proposta de revolução será bem aceita pela então elite dominante no México, bem como seus vizinhos fronteiriços.

⁵⁷ FARIZA, Ignacio. Turbinar crescimento e conter Trump: dois desafios do próximo presidente do México. *El País*, 2 de julho de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/26/actualidad/1530047538_820758.html?rel=mas>

⁵⁸ MULHERES conquistam a política no México. *Carta Capital*, 5 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/mulheres-conquistam-a-politica-no-mexico>>

A Petrobrás e o fim da autossuficiência em derivados de petróleo

*Flávia Ferreira da Silva*⁵⁹

Nos últimos meses, a alta no preço do gás de cozinha e dos combustíveis vem atraindo a atenção dos brasileiros, pois esses são produtos com grande impacto no orçamento das famílias, sobretudo das mais pobres, com o aumento do custo de vida e a depreciação salarial (Dieese, 2018). A questão é que a razão principal para esse fenômeno da conjuntura nacional está na estratégia da Petrobrás que veio progressivamente abandonando dois de seus objetivos históricos enquanto instrumento para o desenvolvimento econômico brasileiro: i) autossuficiência e o controle nacional na exploração e produção de petróleo e ii) a autossuficiência no abastecimento interno de derivados de petróleo.

Neste breve artigo indicamos três dimensões a serem observadas para uma investigação crítica sobre a relação atual entre a Petrobrás e o fim da autossuficiência em derivados, quais sejam: i) a relação histórica entre industrialização e autossuficiência; ii) as consequências da política de privatização e de desinvestimentos da Petrobrás; iii) e a ameaça à soberania econômica e energética do país⁶⁰ com aprofundamento da dependência externa brasileira decorrente do fim da autossuficiência.

Inicialmente, cabe destacarmos que o debate sobre a importância da autossuficiência dos derivados de petróleo para a industrialização e o crescimento econômico do país remonta, pelo menos, ao período da criação do Conselho Nacional do Petróleo em 1938 e da criação das primeiras refinarias privadas no país. Naquele contexto, havia a discussão sobre a necessidade da imposição de preços uniformes para todos os derivados de petróleo, unificando os vários tributos existentes em um único imposto cujas receitas financiariam a expansão da malha rodoviária e favoreceriam a integração nacional (Bercovici, 2011). Porém, essa questão ganhou corpo com a “Campanha do Petróleo” com o lema “O Petróleo é Nosso”, articulada a partir de 1948, em torno do

⁵⁹ Economista e mestranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp, com projeto de mestrado: “*Capital internacional e Petrobrás na Ditadura brasileira: um estudo a partir dos “contratos de risco” (1964-1984)*”. Contato: silva.flavia@gmail.com. Agradeço gentilmente pela indicação de Laura Portezan pelo convite do prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos.

⁶⁰ Para saber mais sobre os conceitos de soberania econômica e energética no debate sobre petróleo e recursos minerais, ver Bercovici (2011).

Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN)⁶¹, o CEPDEM possuía um projeto para a questão do petróleo sustentado na proposta de um monopólio estatal integral no setor (produção, exploração, transportes, comercialização e distribuição), além disso, defendia a criação de uma empresa controlada inteiramente pelo Estado. O monopólio estatal do petróleo era visto inclusive como um requisito para o fortalecimento da indústria brasileira de refino de petróleo visando ao desenvolvimento do mercado interno de combustíveis e derivados.

Com a criação da Petrobrás em 1953, a busca pela autossuficiência em derivados tornou-se um dos grandes objetivos da estatal e da política econômica dos governos, destacadamente, a partir do Plano de Metas de Juscelino Kubistchek, passando pelos governos militares da Ditadura. Contudo, a perseguição de tal objetivo também serviu de apoio ao processo de internacionalização da economia brasileira ao impulsionar a industrialização pesada, a expansão da malha rodoviária e o consumo de automóveis, beneficiando os interesses de investimento das multinacionais do setor automobilístico e do capital internacional em geral. Além disso, a autossuficiência era funcional para a redução do estrangulamento externo do balanço de pagamentos com a liberação de recursos para a importação de máquinas e equipamentos e bens de consumo. Neste ponto, o que interessa ressaltarmos, é o reconhecimento dos governos sobre o papel estratégico da autossuficiência de derivados de petróleo para assegurar a industrialização pesada do país e a sustentação do crescimento econômico brasileiro.

Lembramos ainda que, de modo geral, a questão do controle nacional sobre o refino suscitou conflitos e disputas ao longo da história, desde a discussão sobre autorização da participação do capital estrangeiro nas refinarias durante os anos 1940, até a última campanha nacional por uma Petrobrás integrada na cadeia do petróleo – a campanha “*Tudo de petróleo para a Petrobrás e a Petrobrás para o Brasil*” (1963-1964) – antes do Golpe de 1964. No contexto pré-Golpe de 1964 o tema do petróleo e a Petrobrás ganhou as capas dos jornais, sendo que a principal reivindicação neste setor envolvia a ampliação do monopólio estatal do petróleo com a incorporação das refinarias privadas para a Petrobrás, ampliando seu poder de monopólio e de controle sobre o mercado interno brasileiro de petróleo e derivados⁶².

⁶¹ Veja mais em: COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

⁶² Para um aprofundamento sobre a questão do petróleo no contexto de pré-Golpe de 1964 ver:

CARVALHO, G. *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária,

A segunda dimensão que queremos pincelar é relação entre a autossuficiência de derivados e a estratégia atual de lucros e rentabilidade da Petrobrás. É importante lembrarmos que a indústria do petróleo é dividida basicamente em dois ramos de atividades que preferencialmente devem estar integradas entre si: o *upstream* e o *downstream*⁶³, sendo que o refino se encontra neste segundo e consiste na atividade de menor risco dessa indústria. O fato é que, no Brasil, a partir da “Lei de Petróleo” de 1997⁶⁴, o refino deixou de ser monopólio do Estado⁶⁵ e de estar sob controle da Petrobrás; a partir de então, foi permitida a entrada de refinarias concorrentes, ou seja, houve a abertura definitiva do mercado interno de derivados aos interesses de investimento do capital internacional. Efetivamente, o contexto do subdesenvolvimento brasileiro agrava ainda mais a necessidade da submissão da produção brasileira de derivados de petróleo a necessidades nacionais a partir da atuação centralizada do Estado. Essa é uma questão fundamental de soberania econômica do país frente à vulnerabilidade externa trazida por nossa condição estrutural de dependência, a fim de assegurar o abastecimento contínuo

1977; MARINHO Jr., Ilmar Penna. *Petróleo, soberania e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bloch, 1970. MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *O petróleo é nosso: a luta contra o "entreguismo" pelo monopólio estatal, 1947-1953, 1953-1981*. Petrópolis: Vozes, 1983.

⁶³ A indústria do petróleo compreende atividades que se integram desde a exploração, desenvolvimento de recursos geológicos do petróleo, extração, transporte, refino, armazenamento, logística e até distribuição para consumo final de combustíveis e de produtos da indústria química – formando um conjunto de atividades denominadas *upstream*, *midstream* e *downstream*. A atividade de *upstream* possui maior rentabilidade – exploração e produção – permite o controle sobre recursos e a extração de rendas diferenciais e absolutas; já o *midstream* e o *downstream* operam com lucro médio. O maior risco na indústria mundial do petróleo está no *upstream* (aproximadamente 70%), que é uma atividade altamente intensiva em capital em razão do alto risco exploratório (Sauer, 2016). No caso atual da Petrobrás, o segmento de Exploração e Produção (E&P) “absorverá a maior parte dos investimentos próprios da Petrobrás, concentrando 82% dos recursos. A área de Refino e Gás Natural receberá 17% do total, enquanto as outras áreas da companhia responderão por 1%” (Plano de Negócios da Petrobrás 2017-2021).

⁶⁴ Trata-se da Lei nº 9.478/1997, veja mais sobre a história da legislação do petróleo em Bercovici (2011).

⁶⁵ Contudo, assinalamos que a entrada do capital internacional no setor de refino de forma significativa remonta às associações entre as multinacionais e a Petrobrás (joint-ventures) durante a Ditadura nas décadas de 1970 e 1980, notadamente a partir do projeto de criação do polo petroquímico de Camaçari (BA). Veja mais em: CAMPOS, F. A. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2009.

do mercado interno sem que esse sofra as oscilações da variação internacional de preços e de oferta desses insumos. De modo geral, a política atual da direção da Petrobrás, permitiu-nos chegar a *três eixos* que estão levando rapidamente ao fim da política de autossuficiência brasileira em derivados.

O *primeiro eixo*, de caráter estrutural, é a prevalência da lógica privada e de internacionalização na estratégia da “companhia” de energia, Petrobrás. Essa lógica de funcionamento da estatal teve origem na Ditadura⁶⁶ e avançou progressivamente a partir do fim do monopólio estatal com a “Lei do Petróleo” de 1997 e com a criação da ANP (Agência Nacional do Petróleo). Dessa forma, cada vez mais o foco estratégico da empresa tem sido a distribuição de dividendos aos acionistas destacadamente internacionais. Para remunerar os mesmos é preciso orientar crescentemente a empresa às expectativas de lucros dos investidores que estão alinhadas às estratégias das grandes companhias petroleiras internacionais. Em consequência, temos o desmonte do Sistema Petrobrás, a privatização e a flexibilização do trabalho (via terceirização⁶⁷, redução de salários e de contratações), um processo que se acelerou com os impactos da crise econômica internacional e com a orientação de política econômica neoliberal dos últimos governos.

Nesse sentido, as estratégias adotadas no atual plano de negócios da empresa, envolveram, por um lado, a concentração das atividades da Petrobrás onde a empresa possui maior competitividade externa, a saber, a exploração de petróleo *offshore* (no mar) e a ampliação de suas “parcerias” com as multinacionais do setor, aprofundando a internacionalização da companhia. Por outro lado, temos os desinvestimentos nos setores considerados “não-essenciais”, ou seja, aqueles que fazem parte da cadeia integrada da indústria do petróleo, no caso, o transporte e a distribuição de derivados, além da produção de biocombustíveis, de fertilizantes e atividades no setor de petroquímica. No

⁶⁶ Sobre a relação entre as estatais e os interesses do capital internacional ver: RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998)*. 2017. 1 recurso online (275 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322818>.

⁶⁷ Sobre o avanço da terceirização na Petrobrás e o trabalho no setor de refino ver: ROMÃO, Frederico Lisboa. *A greve do fim do mundo: petroleiros 1995: a expressão fenomênica da crise fordista no Brasil*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2006.

caso concreto da Petrobrás, tal política de desinvestimentos é praticada via liquidação e venda de subsidiárias como a Transpetro, a Liquigás (distribuidora de gás de cozinha, GLP) e BR Distribuidora, como aponta o Plano de Negócios da Petrobrás (2017-2021)⁶⁸. A resultante de todo esse processo é a queda na participação da estatal na produção e no abastecimento nacional de derivados, dos combustíveis até os fertilizantes chegando ao gás de cozinha, abrindo espaço para a substituição das atividades da Petrobrás por investimentos privados internacionais ou diretamente pelas importações.

O *segundo eixo* envolve diretamente a tendência recente de aumento das importações de derivados de petróleo para atender à demanda interna. Nesse caso, citamos dois exemplos emblemáticos da conjuntura, ou seja, a crescente importação de diesel dos EUA (Oliveira; Coutinho, 2017) e do gás de cozinha, GLP. Como vimos, o aumento das importações é um desdobramento da queda na produção interna de derivados pela Petrobrás. Em 2017, segundo relatório da ANP, a produção nacional de derivados⁶⁹ foi 3,7% inferior à de 2016 e atingiu 1,9 milhão de barris/dia, em torno de 76,2% da capacidade instalada de refino, e essa configuração segue vigente para o ano de 2018. Em função disso, o volume de importações de derivados cresceu 26,1%, para 615,7 mil barris/dia, ademais, em consequência do crescimento dos preços internacionais, houve um aumento do dispêndio com a importação em 57,5%⁷⁰. Adicionalmente, conforme pesquisa realizada pelo Dieese, no caso do gás GLP, nos primeiros quatro meses de 2018,

⁶⁸ Segundo a Petrobrás, seu atual plano de negócios “mantém o ritmo intenso de parcerias e desinvestimentos que nos próximos dois anos deverão somar US\$ 19,5 bilhões. Esse resultado deve ser atingido por meio de crescentes parcerias estratégicas na área de Exploração e Produção, além de Refino, Transporte, Logística, Distribuição e Comercialização”. Além disso, a “Petrobrás também sairá das atividades de produção de biocombustíveis, distribuição de GLP, produção de fertilizantes e das participações em petroquímica.” (Plano de Negócios da Petrobrás, 2017-2021).

⁶⁹ Como parte da política de fim da autossuficiência em derivados, citamos ainda a política de redução nos investimentos em refino pela Petrobrás; dentre os projetos paralisados, encontra-se projeto que ampliaria a capacidade produtiva brasileira de gás GLP que levaria a nossa autossuficiência do produto nos próximos anos. As obras, hoje paralisadas para refinarias ou que não saíram do papel - como as refinarias do Maranhão e Ceará, teriam essa função estratégica segundo o Plano de Negócios da Petrobrás de 2007-2010, o que poderia representar menores preços e a possibilidade maior de controle sobre os preços praticados internamente para os derivados do petróleo. Veja mais em: Silva (2018). “Desvendando os preços do botijão”. Fonte: <http://www.esquerdadiario.com.br/Desvendando-o-aumento-nos-precos-do-botijao>.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.anp.gov.br/noticias/anp-e-p/4574-anp-publica-dados-consolidados-do-setor-de-petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis-em-2017>

as importações cresceram 67,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Assim, a dependência brasileira em relação à importação de GLP para abastecimento do consumo interno saltou de 24%, nos quatro primeiros meses de 2017, para 40%, no mesmo período de 2018.

O *terceiro eixo* é a política de preços de mercado praticada pela Petrobrás com o objetivo de maximização de margens na cadeia de valor mediante o alinhamento das condições internas de negócios aos condicionantes do mercado internacional de derivados. Este, por sua vez, é controlado, em grande medida, pelas condições de produtividade, oferta e demanda estadunidenses. A partir de julho de 2017, a Petrobrás adotou a política da paridade internacional de preços para o gás de cozinha, para o diesel e para a gasolina; já havia modificado a política de preços em outubro de 2016, mudou a política de preços dos derivados de petróleo, em especial da gasolina e do diesel. Tais alterações na política de preços retiraram as subvenções da estatal e do governo para controlar e estabilizar os preços internos dos derivados. Por exemplo, o valor do botijão de GLP residencial (13 kg) ficou congelado em R\$ 13,51 nas refinarias da Petrobras, entre janeiro de 2003 e agosto de 2015, no entanto, em julho de 2017, estava em R\$ 17,81 e, em dezembro desse mesmo ano, chegou a R\$ 24,38, salto de 37% (Dieese, 2018). Todavia, como informa a Petrobrás, desde 2002, vigora no Brasil o regime de “liberdade” de preços em toda a cadeia de produção, distribuição e revenda de combustíveis e derivados de petróleo; isso significa que “não há qualquer tipo de tabelamento” nem fixação de valores máximos e mínimos, ou qualquer exigência de autorização oficial prévia para reajustes dos derivados em geral; no caso do gás de cozinha, seu congelamento de preços esteve relacionado a uma política de cunho social e de valorização dos salários.

Finalmente, apresentamos nossa última dimensão a ser investigada colocada a partir dos custos para a população brasileira pela opção estratégica do fim da autossuficiência dos derivados a partir de uma Petrobrás crescentemente orientada aos ganhos de curto prazo e à competitividade internacional. Logo, o fim da autossuficiência dos derivados promove um processo inflacionário que ao desvalorizar os salários e aumentar o custo de vida, promove a concentração do excedente econômico do petróleo em direção aos acionistas da Petrobrás e ao capital privado, em detrimento da população, uma realidade que vai na contramão dos objetivos estratégicos de soberania econômica e energética que motivaram a luta popular pela criação da estatal. Ademais, é preciso atentarmos para o fato de que a política de desinvestimentos da empresa no setor de refino

vem afetando negativamente as condições de trabalho nas refinarias colocando vidas em risco, gerando sobrecarga e precarização. Esses fatores podem ter contribuído para grandes acidentes como o ocorrido no fim do último mês de agosto na Replan em Paulínia (SP), segundo apontam denúncias do Sindicato dos Petroleiros⁷¹.

Em síntese, o fim da autossuficiência em derivados reforça a dependência externa e a vulnerabilidade da economia brasileira por meio do crescimento dos gastos em divisas com importações de derivados e da flutuação interna de preços ao sabor do cenário internacional, controlado pelos EUA. Nesse processo, o capital internacional aumenta o seu controle sobre o mercado de derivados de petróleo no país, impondo suas condições de produtividade e rentabilidade, a despeito das necessidades locais, gerando, inflação de itens básicos, serviços, desvalorização salarial, além da perda da capacidade produtiva industrial no setor de refino (setor com maior valor agregado em relação à produção de óleo cru) e desemprego.

Em conclusão, se faz necessária uma reflexão crítica capaz de retomar a história das campanhas do “Petróleo é Nosso” e da “Encampação das Refinarias” em 1964, a respeito da importância social de uma Petrobrás voltada aos interesses nacionais sob o regime de monopólio estatal, com o objetivo da manutenção da soberania energética na produção de petróleo e derivados e no abastecimento do mercado interno. Para concluir, lembramos as palavras de Furtado (2008, p. 160): “a luta contra a dependência começa em geral pela reivindicação do controle das próprias fontes de recursos não renováveis”, no caso do Brasil, o petróleo.

Referências bibliográficas

ANP (2018) Anuário estatístico Fonte: <http://www.anp.gov.br/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-2018#Se%C3%A7%C3%A3o%202>

⁷¹ “Para a direção sindical, o acidente é resultado do processo de desmonte da Petrobrás para privatizar a empresa. (...) O Unificado aponta o processo de desmonte da Petrobrás, com a redução do efetivo mínimo operacional e a precarização das manutenções preventivas, como uma das principais causas de acidentes na empresa. ‘Há anos o Sindicato vem denunciando essa política da destruição, o sucateamento da Petrobrás e a falta de segurança, que se agravou ainda mais com a redução do efetivo mínimo operacional’, declara o coordenador do Unificado, Juliano Deptula”. Fonte: <https://www.sindipetrosp.org.br/replan>

- ANP (2018b). Dados consolidados do setor de petróleo e gás natural. <http://www.anp.gov.br/noticias/anp-e-p/4574-anp-publica-dados-consolidados-do-setor-de-petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis-em-2017>
- BERCOVICI, G (2011). *Direito econômico do petróleo e dos recursos minerais*. São Paulo: Quartier Latin do Brasil.
- Bercovici, G.; Coutinho, F (2018). Petrobrás é a maior vítima de fake news da História do Brasil. Fonte: <http://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/2122-petrobras-e-a-maior-vitima-de-fake-news-da-historia-do-brasil>
- DIEESE (2018). A alta dos preços do gás de cozinha e o impacto para os trabalhadores. Nota técnica, nº. 195, julho de 2018. Fonte: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec195gas.pdf>
- FURTADO, C (2008). *Criatividade e dependência na civilização industrial*, 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras.
- Oliveira, C.; Coutinho, F (2017). O mito da “Petrobras quebrada”. Fonte: <http://www.aepet.org.br/uploads/paginas/uploads/File/ClaudioFelipe.pdf>
- Petrobrás (2017). Plano Estratégico de Negócios (2017-2021). Fonte: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/plano-estrategico-da-petrobras-tem-metricas-para-aumentar-seguranca-e-baixar-alavancagem.htm>
- Petrobrás (2006). Plano Estratégico de Negócios (2007-2010). Fonte: http://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=2581
- SAUER, I.L (2016). *O pré-sal, a geopolítica e a hegemonia do petróleo face às mudanças climáticas e à transição energética*. In: Recursos Minerais do Brasil. Academia Brasileira de Ciências.